



Um passeio histórico...

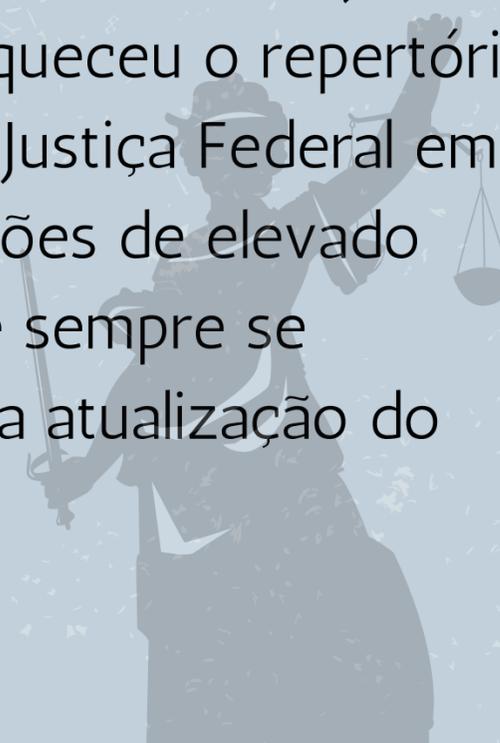
Seção Judiciária do Piauí - SJPI
Biblioteca Agnelo Pereira



Biblioteca



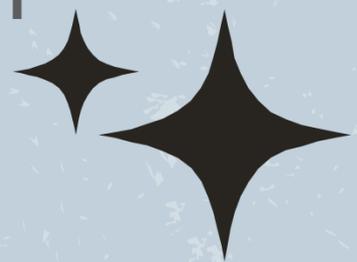
A organização da Biblioteca da Justiça Federal no Piauí se deve ao Juiz Federal e Diretor do Foro HÉRCULES QUASÍMODO DA MOTA DIAS, eminente magistrado que integrou o judiciário piauiense. Instaurada no dia 20 de maio de 1982, recebeu o nome de "Biblioteca Agnelo Pereira" em homenagem póstuma a esse Juiz Federal que enriqueceu o repertório de sentenças da Justiça Federal em inúmeras produções de elevado padrão jurídico e sempre se preocupou com a atualização do acervo.



Missão



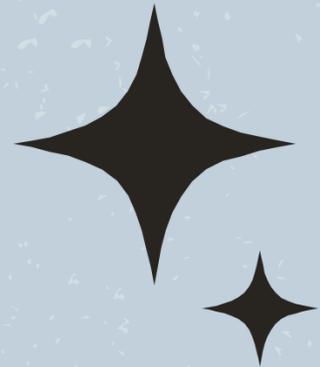
A missão da Biblioteca é promover o acesso à informação jurídica relevante aos magistrados da Seção Judiciária do Piauí, bem como aos seus servidores, em tempo hábil, visando a sua plena satisfação.



Público alvo



Tem como público alvo magistrados, servidores, estagiários e público externo (estes últimos somente consulta).



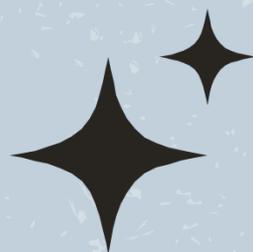
Informatização



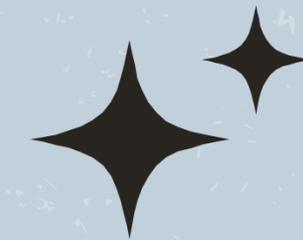
A biblioteca foi informatizada em agosto de 2000, procedendo-se então ao desenvolvimento do Subsistema de Bibliotecas - SIABI, em articulação com a Divisão de Sistemas da Secretaria de Informática.

Em dezembro de 2007 o Tribunal Regional Federal da Primeira Região adquiriu o Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum - Software de Gerenciamento de Bibliotecas-, que possibilitou a criação da Rede Integrada de Bibliotecas da Justiça Federal da Primeira Região da qual participam 15 bibliotecas.

Atualmente, a Biblioteca está provida de todos os recursos tecnológicos adequados para garantir um resultado imediato às consultas efetuadas pelos seus usuários. A cooperação do trabalho em rede permite o compartilhamento de recursos e, ainda, eficiente controle e qualidade no atendimento, bem como facilidade na recuperação de obras e informações existentes no seu acervo.



Procedimento para o funcionamento



Todos os métodos e procedimentos para o funcionamento da Biblioteca são determinados e disciplinados pela Instrução Normativa Número 14 (IN-14) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no que se refere a:

Consulta de publicações; Empréstimo de publicações; Aquisição; Tombamento; Indexação; Catalogação; Classificação e Manutenção do acervo.

